

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata da 131ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

**Local:** Ambiente Virtual Google Meet

**Data:** 08/09/2022

Aos 08 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, de forma remota, realizou-se a 131ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB. Estiveram presentes os seguintes conselheiros/os;; **Francisca das Chagas** (titular) - Representante Governamental SEDH; **Marisa do Nascimento Caetano** (suplente) - Representante governamental - Sec. Saúde; **Keiles Lucena** (titular) - Representante do COEGEMAS; **Rafaelle Matias F. de Carvalho** (titular) - Representante Casa Civil; **Jessica Juliana Batista** (suplente) - Representante dos trabalhadores do SUAS; **Monica Laura** (suplente) Representante dos trabalhadores do SUAS; **Adjane de Medeiros Rocha** (titular) - Representante dos trabalhadores do SUAS; **Eliane Pereira Pontes** (titular) - Representante de entidade - IECAN; **Ângela Maria de Sousa** (suplente) - Representante de entidade - IECAN; **Ednaura Nascimento Rodrigues** (titular) - Representante de entidade - CEFEC; **Evelyn Rose e Maria da Conceição Farias** - Técnicas da Secretaria Executiva do CEAS; Inicia-se a reunião com a leitura dos pontos da pauta; I - Destinação de Emendas Parlamentares 2022; II - Plano de Acolhimento Familiar; III - Apresentação da discussão sobre a Proposta Orçamentária 2023; IV - Formação da Comissão Eleitoral para condução do processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil gestão 2022-2024. Após aprovação da pauta a vice presidente Francisca das Chagas iniciou a reunião com a apresentação da "Destinação de Emendas Parlamentares" para apreciação e aprovação do colegiado da emenda parlamentar sob o número 202281000306, nos valores de R\$ 623.700,00 e R\$ 200.000,00 respectivamente contemplando as instituições; Centro Integrado da Ações Comunitárias pela Vida – CICOVI; Associação dos Moradores do Conjunto Ivan Bichara – AMCIB ambas situadas no município de João Pessoa e o Instituto Novo Olhar situada no município de Belém - PB. A conselheira Francisca informa que as instituições foram identificadas sobre o trabalho que realizam, o que nos deixa tranquilas com relação a aprovação da emenda. A conselheira

33 Jessica Juliana questiona em relação a disparidade de valores entre as instituições  
34 contempladas, uma recebe mais e outra menos. A conselheira Francisca esclarece que os  
35 valores vem determinados para as referidas instituições. Ressalta a importância de se fazer  
36 monitoramento nas instituições, o que já foi deliberado em reunião e sugere fazer  
37 cronograma para as possíveis visitas. Após a apresentação houve a aprovação por  
38 unanimidade do colegiado. Dando seguimento no segundo ponto Repactuação do prazo para  
39 Implementação do Serviço de Acolhimento na modalidade Família Acolhedora para 31 de  
40 julho de 2023 nos municípios de Porte I e II. Esclarece que houve dialogado com o conselho  
41 junto com a CIB, com a pactuação de que o estado da Paraíba implementaria 11 núcleos  
42 de família acolhedora até junho de 2022, esclarece que a Paraíba conseguiu implantar 4  
43 (quatro) núcleos, no momento o trabalho continua, em relação as articulações com os  
44 municípios, as discussões e assinaturas dos termos nos demais municípios, em virtude de  
45 necessitar de algumas contratações o qual esta impossibilitado devido ao período eleitoral.  
46 Informa que foi dialogado com a CIB na ultima reunião realizada no município de Quixaba,  
47 que a gestão se compromete de estar implementando o Plano até 31 de julho de 2023,  
48 mesmo tendo o governo federal dado o prazo até 31 de dezembro de 2023. Após os devidos  
49 esclarecimentos a repactuação do prazo foi aprovado por unanimidade pelo colegiado.  
50 Dando continuidade ao ponto da Discussão sobre a proposta orçamentária 2023. a  
51 conselheira Francisca informou aos demais que a discussão teve inicio na reunião da  
52 comissão de Orçamento e Financiamento da Política de Assistência Social, realizada no dia  
53 01 de setembro de 2022 de forma virtual com a presença dos membros da comissão as  
54 conselheiras Francisca das Chagas, Jordeana Davi, Márcia Cristina e Monica Laura e  
55 convidados: Luiz Antonio Lianza - Gerente Executivo de Programas e Apoio  
56 Governamentais; Ângela Santos - Técnica da DSUAS/SEDH e as técnicas da secretaria  
57 executiva do CEAS/PB Eveline Rose e Conceição Farias. A conselheira Francisca  
58 esclareceu que o documento apresentado pelo gerente Lianza com a previsão de receita  
59 para 2023 Em relação as rubricas que estão sem recurso, foi discutido a possibilidade de  
60 sinalização para perspectiva de vinda de recurso. Não chegamos a debater o valor total da  
61 previsão do FNAS, diante de várias discussões mais amplas pedimos que ele sinalizasse  
62 alguma perspectiva de recurso para o próximo ano. Informa que houve uma ampliação de

recurso no âmbito estadual no valor de \$1.000.000,00 (Um milhão) e a mudança do destino dos recursos que sai do FUNCEP e vai para fonte 500. Com relação aos imigrantes venezuelanos é um recurso do cofinanciamento com previsão de \$ 880.000,00 (oitocentos mil). Em relação aos valores de transferência automáticas (SIGTV) foi retirado por não ter como prever, a exemplo dos recursos de emendas. A proposta da SEDH para 2023 no âmbito de captação de recurso do governo federal fundo a fundo é no valor de \$ 8.801.107,40 (oitocentos milhões oitocentos e um mil cento e sete e quarenta), no que diz respeito a captação de recursos do estado na fonte 759 uma projeção de recepção do DETRAN de \$40.000,00 (quarenta mil), valor que vem ao longo dos três anos anteriores. Com relação a fonte do FEAS, somando as três fontes; FNAS, FEAS e FUNCEP e outras fontes a 759, a previsão de investimento na assistência e de \$78.961.107,40 (setenta e oito milhões novecentos e sessenta e um cento e sete e quarenta). Do tesouro estadual fonte 500 no valor de \$ 9.620.000,00 (nove milhões seiscentos e vinte mil) desse montante \$ 6.000.000,00 (seis milhões) vai para o cofinanciamento estadual, \$1.000.000,00 (um milhão ) para o "Família Acolhedora" e \$ 2.000.000,00 (dois milhões) para o "Paraíba que Acolhe". O valor total da peça de orçamento para manutenção das ações, não é o valor ideal devido a situação de desmonte pelo governo federal de 95% dos recursos destinados a assistência. O que se traz de novo é a ampliação do cofinanciamento em \$1.000.000,00 (um milhão) e o compromisso de não reduzir valores. Esta previsão orçamentária deverá ser apreciada pelo conselho e posteriormente será encaminhada para secretaria de planejamento - SEPLAG. Menciona que se o conselho não se sentir satisfeito com as previsões orçamentárias que seja elaborado um documento de recomendações ao órgão gestor, o conselho tem o papel de contribuir. Com relação a realização de concurso para os CREAS não está nessa peça pois estamos aprovando os recursos que vão para o FEAS, para esse fim os recursos são da administração. Na reunião da comissão de orçamento é financiamento fizemos a discussão de que o orçamento é uma peça política e não meramente técnica e por ser política é um espaço de disputa, por tanto isso é uma projeção que pode ser modificada, daí devemos fortalecer que essa projeção ser ampliada ao longo do ano. A conselheira Keiles questiona o item que não está indicando os valores destinados a manutenção e fortalecimento do conselho estadual de assistência social, considerando a questão dos 3%. A conselheira



CONSELHO ESTADUAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

93 Francisca fez o destaque para fazer recomendação de esclarecimentos com Lianza. A  
94 aprovação dos conselheiros se deu com ressalva em relação a não identificação na peça do  
95 valor dos 3% destinados a manutenção e fortalecimento do conselho estadual de assistência  
96 social. Em relação ao ponto sobre a Formação da Comissão Eleitoral para condução do  
97 processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil gestão 2022-2024, ficou  
98 acordado de fazer levantamento dos conselheiros que não poderão ser reconduzidos por  
99 terem cumprido duas gestões consecutivas, após identificação serão publicada resolução  
100 com a composição da comissão eleitoral. Finalizados os itens de pauta, a Vice Presidente  
101 encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.